O ESTADO SOCIAL, UM ESTADO PRESTACIONAL? UMA REFLEXÃO SOBRE O SENTIDO DA UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS

GONÇALO JOÃO MARQUES MOTA
Mestre em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torga

RESUMO: Com o presente trabalho pretendemos não só apreciar criticamente o papel que os direitos sociais desempenham na Constituição da República Portuguesa desde 1976, mas aferir se estes direitos, quando confinados às recorrentes alterações legislativas, não se apresentam com uma densidade normativa reduzida. Para isso colocámos em análise dois exemplos legislativos separados por mais de trinta anos, o Decreto-Lei n.º 513-L/79 de 26 de dezembro e o Decreto-Lei n.º 70/2010 de 16 de junho, que ainda hoje vigora, sob o escopo de uma perspectiva fragmentária dos apoios prestacionais do Estado, assumidos constitucionalmente como tendencialmente universais, mas que factualmente foram sendo substituídos por políticas segmentárias de natureza previdencial e assistencial. Os direitos fundamentais sociais, enquanto prestações estaduais estão sujeitos à conformação político-legislativa e acabam por apresentar uma dimensão de conteúdo mais frágil, colidindo frequentemente com as opções políticas do legislador e com o pluralismo ideológico próprio de um sistema democrático. Em 1979, três anos após a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa, o governo decide estabelecer o denominado “esquema mínimo de protecção social”, através do Decreto-Lei n.º 513-L/79 de 26 de dezembro, constituído por prestações mínimas na área da saúde e da segurança social e que abrangeria “ todos os cidadãos nacionais residentes, independentemente do vínculo laboral ou de contribuição prévia”, assegurando assim a concretização dos novos direitos sociais universais, consagrados constitucionalmente. Este Decreto-Lei foi revogado cinco meses mais tarde, sob o pretexto de que o “acesso ao esquema de protecção social deve pressupor a verificação de uma condição de recursos obtida por um índice de referência ao salário mínimo nacional” (cfr. Dec-lei 160/80 de 27 de maio). Embora os benefícios referentes à segurança social se mantivessem inalterados, a sua atribuição passaria então a estar limitada aos cidadãos em situação de carência económica. O critério tendencialmente universal passou naquele momento a ser substituído pela distinção entre regime contributivo e não contributivo, condição que desde então se manteve inalterada, tornando-se inclusivamente mais vincada, quando trinta anos mais tarde entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 70/2010 de 16 de junho, que ainda hoje vigora e que “estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de protecção familiar e do subsistema de solidariedade, bem como para a atribuição de outros apoios sociais públicos”. Na verdade, quarenta anos volvidos desde a publicação do Decreto-Lei n.º 513-L/79 de 26 de dezembro e embora os direitos sociais estejam constitucionalmente arrogados como tendencialmente universais, ainda hoje são entendidos como normas impositivas de legislação, não conferindo aos titulares destes direitos, um verdadeiro direito de exigência e muito menos a garantia da sua universalidade. Concluimos que a Constituição define as regras que determinam a garantia dos “mínimos de sobrevivência” estando a realização do

direito às prestações sociais do Estado integralmente dependente da disponibilidade dos recursos financeiros a prover por parte do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: DIREITOS SOCIAIS FUNDAMENTAIS; POLÍTICAS PÚBLICAS.